

FICHA INFORMATIVA SOBRE A PROMOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNDROP

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS CAMPONESES, CAMPONESAS E OUTRAS PESSOAS QUE TRABALHAM EM ÁREAS RURAIS

INTRODUÇÃO:

As/os camponesas/es e outras pessoas que trabalham em áreas rurais são os produtores de alimentos mais importantes do mundo. Eles alimentam a população mundial - de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) eles fornecem entre 75% e 80% do suprimento de alimentos do mundo - e, ainda assim, são afetados de forma alarmante pela pobreza e pela fome. As/os camponesas/es, que representam até 70% das pessoas que vivem em extrema pobreza, geralmente trabalham em condições perigosas e de exploração.

Centenas de milhões de camponesas/es e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, como coletivos de pequenos agricultores, pastores, pescadores artesanais, trabalhadores rurais, trabalhadores sem terra, nômades e povos indígenas que trabalham na terra, historicamente enfrentaram, e ainda enfrentam, várias formas de discriminação, marginalização e violações sistemáticas dos direitos humanos. Por serem categorizados como trabalhadores autônomos, eles são sistematicamente excluídos dos sistemas de proteção dos direitos trabalhistas e de seguridade social, o que os torna mais vulneráveis à exploração, à repressão e aos riscos de desastres climáticos.

As/os camponesas/es e outras pessoas que trabalham em áreas rurais são particularmente afetados pelas múltiplas crises atuais. As mudanças climáticas, a degradação ambiental e a crise alimentar - como componentes de uma crise perpétua do sistema econômico capitalista dominante - ameaçam a subsistência de milhões de camponesas/es em todo o mundo. No entanto, elas/es desempenham um papel fundamental na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e na resposta às crises climáticas. Por outro lado, o sistema industrial de alimentos é um dos principais impulsionadores da emergência climática e do mal-estar social nas áreas rurais.

As contribuições dos/as camponeses/as são particularmente relevantes nessa conjuntura política e econômica. Eles/as fornecem alimentos diversificados e saudáveis em nível local, eliminando a necessidade de cadeias de valor longas, complexas e onerosas para o meio ambiente. O conhecimento que eles/as desenvolveram ao longo dos séculos pode informar as medidas práticas que devemos tomar em direção a uma transição justa muito necessária, essencial para a sobrevivência e o bem-estar do nosso planeta.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP) é um instrumento poderoso para proteger e fortalecer os direitos camponeses. Isso significa que a implementação da UNDROP, tanto em nível nacional quanto internacional, é um elemento fundamental para lidar com as consequências dessas crises multidimensionais.

Desde a adoção da Declaração em 2018, alguns Estados fizeram progressos na implementação da UNDROP em nível nacional. Entretanto, não houve acompanhamento institucional de sua implementação em nível internacional, enquanto as causas estruturais que levaram à adoção do UNDROP, como várias formas de discriminação, violações sistemáticas dos direitos humanos e desvantagens históricas, continuam a ser ignoradas.

Contra esse pano de fundo

- Chegou a hora dos Estados protegerem, promoverem e respeitarem sistematicamente os direitos consagrados na UNDROP, tomando medidas para traduzir seu conteúdo nos marcos jurídicos nacionais, bem como para desenvolver instituições, normas, programas e políticas de acordo, e assim implementar suas disposições.
- As organizações camponesas e rurais, juntamente com aliados de outras organizações da sociedade civil, devem apoiar uma apropriação mais ampla da UNDROP por meio de formações e atividades de conscientização. Elas devem defender sua implementação e se mobilizar para instar suas respectivas autoridades a embarcarem nesse caminho.
- A implementação da UNDROP também deve ser promovida em nível internacional: para esse fim, saudamos a criação, em outubro de 2023, de um mecanismo de acompanhamento internacional, na forma de um Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos/as Camponeses/as e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais¹. Esse Grupo de Trabalho, composto por cinco especialistas de diferentes regiões, monitorará, conscientizará e promoverá a implementação dos direitos dos camponeses em todo o mundo.

¹ Los procedimientos especiales del Consejo de Derechos Humanos son expertos independientes en derechos humanos con mandatos para informar y asesorar sobre los derechos humanos desde una perspectiva temática o específica de un país. No están remunerados y son elegidos por mandatos de tres años que pueden renovarse por otros tres. Para más información, consulte: www.ohchr.org/es/special-procedures-human-rights-council

COMO O NOVO GRUPO DE TRABALHO SOBRE OS DIREITOS DOS CAMPONESES, CAMPONESAS E OUTRAS PESSOAS QUE TRABALHAM EM ÁREAS RURAIS PODE PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DA UNDROP?

Desde a adoção da UNDROP, foram feitos esforços para implementar esse instrumento em todos os níveis, bem como para incluí-lo na agenda de trabalho dos Procedimentos especiais existentes e de outras agências da ONU. Por exemplo, as organizações camponesas, rurais e seus aliados defenderam a inclusão de uma perspectiva sobre a implementação da UNDROP no marco da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar, que é co-liderada pela FAO. Elas também trabalharam para integrar a promoção da UNDROP nas agendas dos Procedimentos especiais cujos mandatos estão intimamente relacionados aos direitos camponeses: o do direito à alimentação e à nutrição, à água e ao saneamento, ao meio ambiente, à liberdade de associação e às questões de mudança climática, entre outros.

Entretanto, os mandatos temáticos existentes permitem a compreensão dos direitos camponeses apenas a partir de uma perspectiva específica. Portanto, eles não são suficientes para abordar coerentemente a questão desses direitos de forma abrangente e sistemática, englobando todos os direitos e questões cobertos pela UNDROP, bem como as causas interconectadas que levam a violações dos direitos camponeses e de outros povos rurais. Ao contrário, considerando que os direitos camponeses constituem um conglomerado mais amplo de direitos inter-relacionados, o Grupo de Trabalho fornecerá uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados pelos/as camponeses/as e das maneiras pelas quais eles/as contribuem para o gozo dos direitos humanos entre as populações rurais e urbanas e, de modo mais geral, como promover a realização de seus direitos humanos.

O Grupo de Trabalho sobre a UNDROP desempenhará um papel importante na promoção dos direitos camponeses em nível internacional e no monitoramento e na elaboração de relatórios sobre o progresso feito pelos Estados no cumprimento de suas obrigações no âmbito da UNDROP. O Grupo também poderá apresentar aos Estados - em conjunto e/ou individualmente - recomendações sobre a implementação de suas obrigações de direitos humanos, com foco especial nos/as camponeses/as e em outras populações rurais.

Além disso, o Grupo de Trabalho sobre a UNDROP aumentará a compreensão e o conhecimento do Conselho de Direitos Humanos e outros órgãos da ONU sobre como conectar a realização dos direitos camponeses com questões urgentes, como a resposta às múltiplas crises atuais. Também ajudará a responder aos principais debates a partir da perspectiva camponesa-rural sobre, entre outras coisas, a transição justa, os desafios da digitalização e a mobilidade e migração humanas.

Para cumprir essas tarefas, o Grupo de Trabalho da UNDROP será encarregado de:



SUPERVISÃO

Visitar os países que exigem atenção especial em relação à implementação da UNDROP e reunir-se com as autoridades locais relevantes para implementar os direitos camponeses e de outras populações rurais, juntamente com os movimentos camponeses e as organizações de apoio.



AUMENTAR A CONSCIENTIZAÇÃO

Aumentar a conscientização pública sobre a UNDROP, os direitos camponeses, suas contribuições para a humanidade, as lições aprendidas e as boas práticas na implementação dos direitos, inclusive por meio da elaboração de declarações públicas e relatórios de monitoramento sobre a situação dos direitos camponeses em diferentes países; identificar desafios e oportunidades; e aconselhar os governos sobre como avançar na implementação de suas obrigações de direitos humanos, com atenção especial aos direitos camponeses.



CONSULTORIA

Prestar consultoria sobre cooperação técnica em nível nacional, regional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas, normas, programas e instituições nacionais que fortaleçam a realização dos direitos camponeses e de outras populações rurais.



ACESSO À JUSTIÇA

Formular recomendações concretas aos Estados, com base em relatórios e reclamações previamente apresentados por organizações camponesas e rurais em conjunto com outras organizações, a fim de: resolver situações de violações dos direitos camponeses e assegurar o acesso à justiça das vítimas; recomendar maneiras de implementar melhor os direitos camponeses (superando desafios e obstáculos) para prevenir violações futuras; e promover o desenvolvimento de políticas e legislações nacionais para proteger os direitos camponeses e assegurar mecanismos de acesso à justiça e reparação.



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES DE DIREITOS DOS/AS CAMPONESES/AS

- Contribuir para o desenvolvimento de padrões internacionais de direitos humanos que fortaleçam a conformidade dos Estados com suas obrigações de direitos humanos existentes sob a perspectiva dos/as camponeses/as e de outras populações rurais.
- Além disso, um procedimento especial serve como um fórum de discussão e cooperação entre países para o intercâmbio de boas práticas e como um espaço para coordenar ideias e propostas de implementação. Ao mesmo tempo, o espaço permitirá o diálogo direto e a articulação entre os representantes dos governos, os detentores de direitos (camponeses, camponesas e outras pessoas e comunidades rurais) e outras organizações da sociedade civil que trabalham na promoção da UNDROP.



RESUMO

Em resumo, o Grupo de Trabalho de Especialistas da ONU representa um espaço para apoiar a implementação das obrigações de direitos humanos dos Estados pelo prisma da UNDROP em nível local e nacional, ao mesmo tempo em que promove sua integração em todos os níveis.

Ao relatar as violações de direitos humanos e monitorar sua implementação em diferentes países, o Grupo de Trabalho apoiará os governos e, quando necessário, os pressionará a tomar medidas para resolver os problemas e promover os direitos camponeses e de outras pessoas que trabalham em áreas rurais.

Para atingir esse objetivo, as organizações e movimentos camponeses e rurais, em colaboração com seus aliados, devem se apropriar desse futuro mecanismo, ou seja, reconhecer sua utilidade, divulgá-lo em seus próprios países, em suas respectivas redes, e promovê-lo em seus próprios países. Em outras palavras, elas devem estar preparadas para alimentá-lo posteriormente, por exemplo, enviando relatórios e reclamações sobre violações e interagindo com as respectivas autoridades estatais nos espaços fornecidos.

Isso permitirá que as organizações e comunidades camponesas e rurais - muitas vezes marginalizadas nas nossas sociedades - se tornem mais visíveis, fortaleçam sua dignidade e promovam ainda mais sua participação na governança local, nacional e global.

PARA MAIS
INFORMAÇÕES
VISITE O SITE

